

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

SAÚDE MENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Conteúdo Comum Área de Saúde Mental	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

“Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação.”

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.**
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

SAÚDE MENTAL - ENFERMAGEM

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Conteúdo Comum Área de Saúde Mental	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

“Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação.”

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.**
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

SAÚDE MENTAL - FARMÁCIA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Conteúdo Comum Área de Saúde Mental	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

“Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação.”
05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

SAÚDE MENTAL - FONOAUDIOLOGIA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Conteúdo Comum Área de Saúde Mental	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação."

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.**
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

SAÚDE MENTAL - NUTRIÇÃO

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Conteúdo Comum Área de Saúde Mental	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação."
05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

SAÚDE MENTAL - PSICOLOGIA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Conteúdo Comum Área de Saúde Mental	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação."

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.**
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

SAÚDE MENTAL - MEDICINA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Conteúdo Comum Área de Saúde Mental	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

“Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação.”

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

SAÚDE MENTAL - ODONTOLOGIA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Conteúdo Comum Área de Saúde Mental	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação."

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.**
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO A ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
PARA O ANO DE 2023**

SAÚDE MENTAL - TERAPIA OCUPACIONAL

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas e 30 minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
Políticas Públicas do SUS	10
Conteúdo Comum Área de Saúde Mental	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

“Aquele que não pune a maldade, apóia sua ação.”

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

SAÚDE MENTAL

(EDUCAÇÃO FÍSICA / ENFERMAGEM / FARMÁCIA / FONOAUDIOLOGIA / MEDICINA / NUTRIÇÃO / ODONTOLOGIA / PSICOLOGIA / TERAPIA OCUPACIONAL)

POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS

01. Conforme a Constituição da República Federativa Brasileira de 1988 em seu Art. 196, "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas_____". Essa frase fica correta ao se preencher a lacuna com:
- sociais e econômicas que visem à transferência de renda aos mais pobres
 - que garantam o acesso às ações e serviços de saúde às parcelas mais pobres da população
 - sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos
 - que garantam o acesso parcial, mas igualitário a algumas ações e serviços de saúde
02. Entre os princípios e diretrizes do SUS, conforme Art. 7º da Lei nº 8.080/1990, pode-se citar a:
- ênfase na centralização dos serviços para os Estados
 - universalidade de acesso aos serviços, exceto no nível da recuperação da saúde
 - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios
 - divisão em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento
03. Conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças e agravos. De acordo com o Art. 6º da Lei nº 8.080/1990, este conceito no SUS define a:
- vigilância epidemiológica
 - saúde do trabalhador
 - vigilância sanitária
 - gestão financeira
04. É competência do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme o Art. 200 da Constituição da República Federativa Brasileira de 1988:
- delegar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica à iniciativa privada
 - participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico
 - realizar toda a formação de recursos humanos na área da saúde no nível técnico
 - fiscalizar o exercício profissional na área da saúde, exceto para medicina e enfermagem
05. Após ser atendido em uma unidade básica de saúde o usuário, diante de suas queixas de dor no peito e dos resultados de seus exames, recebe encaminhamento para consulta com um cardiologista em uma unidade de saúde especializada. O quadro descrito pode exemplificar na prática o seguinte princípio do SUS, conforme Art. 7º da Lei nº 8.080/1990:
- descentralização político-administrativa
 - participação da comunidade
 - preservação da autonomia
 - integralidade da assistência
06. Considerando a participação da iniciativa privada no SUS, conforme Art. 199 Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, é correto afirmar que:
- as instituições privadas poderão participar das ações de promoção da saúde no SUS, sendo vedada a sua atuação nas ações de recuperação da saúde
 - a assistência à saúde é livre à iniciativa privada, de forma complementar ao SUS, com preferência às entidades filantrópicas e sem fins lucrativos
 - as instituições privadas não poderão participar do SUS, exceto no caso de internação ou calamidade pública, mediante autorização governamental
 - a destinação de recursos públicos é livre a todas as instituições privadas, sendo também livre a participação delas na assistência à saúde no país
07. A partir do exposto na Lei nº 8.080/1990 é correto afirmar que:
- quando as suas disponibilidades forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área, o Sistema Único de Saúde (SUS) deverá recorrer aos serviços ofertados por instituições religiosas
 - a direção do Sistema Único de Saúde (SUS) é única, sendo exercida pelo Ministério da Saúde, que executa as políticas públicas da área da saúde e as ações de assistência, após aprovação do Congresso Nacional
 - os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação, e movimentados sob fiscalização dos respectivos gestores em cada esfera de governo
 - saúde do trabalhador é um conjunto de atividades que se destina à promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho
08. A participação da comunidade na gestão do SUS é regulada pela Lei nº 8.142/1990. Entre outras coisas, esta Lei define em seu Art. 1º, duas instâncias colegiadas em cada esfera de governo, que são:
- o Conselho de Saúde e a Conferência de Saúde
 - o Conselho de Saúde e o Fundo Nacional de Saúde
 - a Conferência de Saúde e o Fundo Nacional de Saúde
 - a Conferência de Saúde e o Ministério da Saúde

09. A Lei nº 8.080/1990 define a saúde como um direito fundamental do ser humano. Sobre este direito, de acordo com os Art. 2º e 3º desta lei, é correto afirmar que:
- (A) as ações de promoção e proteção da saúde devem ser garantidas a todos e as ações de recuperação aos mais pobres
 - (B) o dever do Estado de prover as condições indispensáveis ao pleno exercício da saúde exclui o dever da sociedade
 - (C) são determinantes e condicionantes da saúde, entre outros, a renda, o meio ambiente e o acesso aos bens supérfluos
 - (D) o dever do Estado inclui assegurar condições de acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde
10. Reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde. O evento descrito representa uma das formas de participação popular na gestão do SUS prevista na Lei nº 8.142/1990. De acordo com o art. 1º desta lei, trata-se:
- (A) da Secretaria de Saúde
 - (B) da Conferência de Saúde
 - (C) do Conselho de Saúde
 - (D) do Sistema Nacional de Saúde

CONTEÚDO COMUM NA ÁREA DE SAÚDE MENTAL

11. AMARANTE e TORRE (2017) vão analisar em seu artigo "Loucura e diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da saúde mental no Brasil" o impacto dos projetos e das intervenções artístico-culturais no processo da Reforma Psiquiátrica, principalmente aqueles que se desenvolvem de forma autônoma dos contextos de tratamento ou vínculo a uma equipe multiprofissional, e que demonstram que o processo de Reforma Psiquiátrica brasileira tem um caráter de movimento:
- (A) social, de construção de coletivos que buscam organizar espaços destinados às pessoas com transtornos mentais, para que elas possam experimentar práticas assistidas de convivência, cultura, arte e trabalho
 - (B) social, de construção de coletivos ativos que rompem com a compreensão de que a doença mental torna os sujeitos incapazes de trocas sociais, de convivência ou de produção de valor social e econômico
 - (C) técnico e científico, que rompe com a compreensão de que a doença mental torna os sujeitos incapazes de trocas sociais, de convivência ou de produção de valor social e econômico, quando em tratamento
 - (D) técnico e científico, que dá suporte para que as pessoas com transtornos mentais possam estabelecer trocas sociais, conviver em liberdade e produzir valores sociais e econômicos
12. Considerando a Reforma Psiquiátrica como um processo social complexo, um movimento de redefinição da relação social com a loucura, que passa pelo Estado, pelos dispositivos institucionais – mas não se reduz a eles, desdobrando-se na mobilização e lutas sociais – AMARANTE e TORRE (2017) apontam quatro dimensões a partir das quais as mudanças são estruturadas. São elas:
- (A) teórico-conceitual, técnico-assistencial, jurídico-política e sociocultural
 - (B) teórico-conceitual, ético-científica, jurídico-política e sociocultural
 - (C) ética, técnico-assistencial, jurídico-política e sociocultural
 - (D) ética, teórico-conceitual, técnico-assistencial e artística
13. Com a ampliação da concepção de direitos humanos para além da luta contra a violência institucional, a opressão e a exclusão social dos sujeitos em sofrimento mental, se estabelece uma visão que reconhece a diversidade dos sujeitos em sofrimento mental ou em vulnerabilidade social, afirmando a sua diversidade cultural enquanto emancipação, cidadania, capacidade de trocas sociais e formas de reprodução das subjetividades. AMARANTE e TORRE (2017) denominaram tal perspectiva como:
- (A) transferência de poder contratual
 - (B) homogeneização das diferenças
 - (C) discriminação positiva
 - (D) tutela
14. Segundo DASSOLER e PALOMBINI, em "Atenção à crise na contemporaneidade: desafios à Reforma Psiquiátrica Brasileira" (2020), a abordagem à crise, seja no domínio biomédico ou do campo ampliado da saúde mental, tem em comum a perspectiva terapêutica da necessidade de uma ação imediata, motivada pela constatação de sofrimento agudo que excede às condições psíquicas e sociais que o sujeito enfrenta. É preciso intervir, sem demora. Porém, se para o campo biomédico a pressa é um índice que orienta as avaliações e as decisões, na saúde mental a pausa é uma premissa clínica fundamental, pois:
- (A) é uma manobra terapêutica inserida no acolhimento, e funciona por meio da oferta de um espaço de acolhimento institucional, com o propósito de oferecer tempo e recursos terapêuticos que possam diminuir os riscos e as sequelas da situação de crise
 - (B) é uma manobra terapêutica inserida no acolhimento, e funciona por meio da introdução da palavra, com o propósito de avaliar o grau de risco e o nível de recolhimento institucional que a crise demanda
 - (C) é uma manobra terapêutica inserida no acolhimento, e funciona por meio da introdução da palavra, com o propósito de recuperar e revalidar a eficácia do repertório simbólico interrompido pela crise
 - (D) é uma manobra terapêutica inserida no acolhimento, e funciona por meio da introdução da palavra, com o propósito de avaliar a veracidade e intensidade da crise

15. Na perspectiva da saúde mental e atenção psicossocial, no cuidado à crise, a escuta é uma ferramenta fundamental, pois:
- (A) trata-se de uma intervenção terapêutica auxiliar importante que, ao oferecer um espaço seguro e estável de acolhimento, permite que o sujeito expresse e elabore seu sofrimento, orientando com mais eficácia as intervenções medicamentosas e de contenção
 - (B) trata-se de uma intervenção terapêutica que, ao oferecer uma borda diante do desamparo, por meio da palavra, possibilita ao sujeito realizar alguma elaboração sobre seu sofrimento, onde antes havia uma suspensão das condições de subjetivação
 - (C) trata-se de uma intervenção terapêutica auxiliar importante que, ao oferecer um espaço seguro e estável de acolhimento, permite que o sujeito retome o controle do campo simbólico e possa realizar alguma elaboração de seu sofrimento
 - (D) trata-se de uma intervenção terapêutica que, ao oferecer uma contenção diante do desamparo, insere novamente o sujeito no campo do real e permite que realize alguma elaboração sobre seu sofrimento
16. Na perspectiva da saúde mental e da atenção psicossocial, no cuidado à crise, o acolhimento é uma ferramenta fundamental por:
- (A) ser o momento inicial, que pode ou não estabelecer confiança na rede de saúde, criando vínculo; e por sua função terapêutica, ao fazer passar o singular de cada urgência ao plano da palavra e possibilitar elaborações do sofrimento
 - (B) sua função auxiliar, que pode ou não estabelecer confiança na rede de saúde, criando vínculo; e por sua função terapêutica de contenção dos impulsos, dos processos disruptivos e de riscos envolvidos em situações de crise
 - (C) ser uma ferramenta técnica que, em conjunto com a medicação e a internação, tem como função terapêutica conter os impulsos, os processos disruptivos e os riscos para si e para terceiros envolvidos em situações de crise
 - (D) ser o momento inicial, substituir a medicação e a internação, tendo como função terapêutica conter os riscos para si e para terceiros envolvidos em situações de crise
17. Em sua reflexão sobre a atenção à crise em saúde mental, DASSOLER e PALOMBINI (2020) vão propor alguns parâmetros balizadores do trabalho clínico, na perspectiva da atenção psicossocial. São exemplos dos parâmetros propostos:
- (A) a qualificação de urgência em uma crise cabe, em última instância, ao médico, e descreve o movimento de escuta do caráter insuportável da experiência do outro e a avaliação do quadro psíquico; o acolhimento tem por objetivo estruturar o cuidado, escutando o que constitui a situação de crise e focando nos encaminhamentos que atendam às necessidades do usuário
 - (B) a qualificação de urgência em uma crise cabe, fundamentalmente, aos familiares, e descreve uma experiência de caráter insuportável; o acolhimento tem por objetivo estruturar o cuidado, escutando o que constitui a situação de crise e focando nos encaminhamentos que atendam às necessidades do usuário
 - (C) a qualificação de urgência em uma crise cabe, principalmente, à equipe multidisciplinar, e descreve o reconhecimento de uma experiência de caráter insuportável; o acolhimento é um dispositivo clínico e não se confunde com triagem nem é voltado a um encaminhamento
 - (D) a qualificação de urgência em uma crise cabe, fundamentalmente, ao usuário, e descreve uma experiência de caráter insuportável; o acolhimento é um dispositivo clínico e não se confunde com triagem nem é voltado a um encaminhamento
18. Historicamente, a assistência em saúde mental para crianças e adolescentes foi um apêndice do sistema organizado para atender à população adulta. Foi marcada pelo adultomorfismo, enquadrada no rol das deficiências intelectuais e da delinquência. Esse cenário começa a se transformar nos anos 2000 com a inauguração dos primeiros CAPSij. Segundo FERNANDES *et al*, em "Reflexões sobre a atenção psicossocial no campo da saúde mental infantojuvenil" (2020), foram precursores da construção de um campo de cuidado, voltado especificamente para as demandas e necessidades de crianças e adolescentes, os seguintes marcos sociais:
- (A) a criação de enfermarias infantojuvenis nos hospitais psiquiátricos; o Código de Menores, de 1927; e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
 - (B) a criação de enfermarias infantojuvenis nos hospitais psiquiátricos; o Código de Menores, de 1927; e a Constituição de 1988
 - (C) as Reformas Sanitária e Psiquiátrica; a Constituição de 1988; e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
 - (D) as Reformas Sanitária e Psiquiátrica; a Constituição de 1988; e o Código de Menores, de 1927

19. No texto "Reflexões sobre a atenção psicossocial no campo da saúde mental infanto-juvenil" (2020), FERNANDES *et al* vão refletir sobre os desafios para a constituição do campo da atenção psicossocial para a infância e a adolescência. Dentre esses desafios, está o baixo investimento em dispositivos destinados a essa população e a concentração desses recursos nos CAPSij, que muitas vezes se configura como a única possibilidade de responder as demandas infantojuvenis. Tal realidade torna-se um empecilho para a constituição de uma rede forte e articulada, ferindo os seguintes princípios da atenção psicossocial:
- centralidade dos CAPS, interdisciplinaridade e organização horizontal dos dispositivos de cuidado
 - centralidade dos CAPS, interdisciplinaridade e organização vertical dos dispositivos de cuidado
 - intersetorialidade, interdisciplinaridade e organização horizontal dos dispositivos de cuidado
 - intersetorialidade, interdisciplinaridade e organização vertical dos dispositivos de cuidado
20. No texto "A rede de atenção psicossocial sob o olhar da complexidade: quem cuida da saúde mental?", FERNANDES *et al* (2019) utilizam a Teoria da Complexidade, de Edgar Morin, para nortear suas análises sobre a rede de atenção psicossocial (RAPS), que é essencialmente complexa em seu objetivo de construir e sustentar um modelo de cuidado em rede. No contexto da teoria de Edgar Morin, a complexidade é entendida como:
- os acontecimentos, as ações, interações, retroações, determinações e os acasos que constituem o mundo fenomenológico
 - os acontecimentos disruptivos e antagônicos que atrapalham o fluxo organizado dos acontecimentos
 - o grau de dificuldade em organizar nossa ação diante de uma dada situação ou um fenômeno
 - o resultado de nossa organização social que interfere no fluxo organizado dos fenômenos
21. A Rede de Atenção à Saúde (RAS) é um modelo de atenção que se origina da ampliação do conceito de saúde, no qual o processo saúde-doença passa a ser reconhecido como inserido em uma complexa rede de produção social. A RAS estabelece um sistema integrado e que atua de forma contínua, proativa e voltada para as condições agudas e crônicas, estabelecendo, para isso, redes temáticas prioritárias, de acordo com a realidade epidemiológica brasileira. As redes temáticas prioritárias são compostas por:
- Rede cegonha; Rede de Atenção às Urgências e Emergências; Rede de Atenção às Doenças Crônicas; Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência; Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)
 - Rede de Promoção à Saúde; Rede de Atenção às Doenças Crônicas; Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); Rede de Atenção Básica em Saúde
 - Rede de Promoção à Saúde; Rede de Atenção Básica em Saúde; Rede de Atenção Especializada; Rede de Urgência e Emergência
 - Rede de Atenção Básica em Saúde; Rede de Atenção Secundária em Saúde; Rede de Atenção Terciária em Saúde
22. A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é constituída por sete componentes. Dentre esses componentes, está a Atenção Residencial de Caráter Transitório, que é formada:
- pelas Unidades de Acolhimento (UA) e pelos serviços de atenção em regime residencial/comunidades terapêuticas
 - pelas Unidades de Acolhimento (UA) e pelos serviços de atenção em regime residencial/abrigos
 - pelas Unidades de Acolhimento (UA) e pelos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT)
 - pelos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) e pelas comunidades terapêuticas
23. São características da prática da redução de danos:
- as estratégias de prevenção em saúde, com foco nos agravos associados ao uso de substâncias; a abstinência não é o objetivo primeiro ou central do cuidado; é orientada pelo respeito à liberdade de escolha e à responsabilidade do usuário
 - as estratégias de prevenção em saúde, com foco nos agravos associados ao uso de substâncias; a abstinência como foco central do cuidado; é orientada pelo respeito à liberdade de escolha e à responsabilidade do usuário
 - as estratégias de recuperação da saúde; a abstinência não é o objetivo primeiro ou central do cuidado; é orientada pelo conhecimento técnico até que o usuário possa fazer suas próprias escolhas
 - a abstinência como foco do cuidado; isolamento e terapia comportamental como estratégias terapêuticas
24. No texto "Política Nacional de Redução de Danos: do paradigma da abstinência às ações de liberdade", LIMA e GUIMARÃES (2018) vão apontar como exemplos dos desafios para a implementação da prática de redução de danos (RD) os seguintes pontos:
- a baixa aderência dos usuários e a dificuldade em efetivar um trabalho intersetorial, fundamental para a efetividade da RD
 - a baixa efetividade das ações de RD e a dificuldade em estabelecer um trabalho intersetorial, fundamental para a efetividade da RD
 - o entendimento moral e demonizante em relação às drogas, que circula no senso comum e nas políticas públicas, e a importância da abstinência no processo de cuidado
 - o entendimento moral e demonizante em relação às drogas, que circula no senso comum e nas políticas públicas, e a dificuldade em efetivar um trabalho intersetorial, fundamental para a efetividade da RD

25. No movimento da psiquiatria preventiva e comunitária surge como novo objeto da psiquiatria:
- (A) o conceito de transtorno psiquiátrico
 - (B) a noção de saúde mental
 - (C) os manuais de classificação de transtornos mentais
 - (D) as patologias sociais
26. PASSOS, em "*Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial*" (2020), apresenta o conceito de cuidado como uma necessidade ontológica do ser social, como marcador da interdependência existente entre os humanos. Analisa o modo como o sistema patriarcal delimitou a divisão sexual do trabalho, de forma que ficou a cargo das mulheres a atribuição e a responsabilidade de realizar e executar o trabalho do cuidado. No caso das mulheres negras, a intersecção entre gênero, raça e classe vai levá-las a permanecer na execução do trabalho doméstico e de cuidados, não só como uma relação de extensão da esfera reprodutiva, mas estabelecida e demarcada pela colonialidade. Tal realidade impõe às mulheres negras experiências de sofrimentos, que são capturadas e destituídas de seu sentido e ligação com a cultura pela psiquiatria e pela prática manicomial. A produção da "zona de não ser", a produção do "corpo matável e exterminável" e a produção da pessoa como "objeto estereotipado" são as formas características do que a autora denominou:
- (A) cuidado ontológico
 - (B) cuidado pós-moderno
 - (C) cuidado colonial
 - (D) cuidado psiquiátrico
27. A ideia presente no pensamento racista e colonial, que sustenta historicamente a medicina hegemônica, de que mulheres negras suportam mais as dores físicas e emocionais, num olhar desumanizador, é um dos fatores que explicam que esse grupo seja o mais vitimado por violências e negligências no sistema de saúde. Tal realidade está ligada ao processo de considerar as mulheres negras como:
- (A) mais resistentes geneticamente
 - (B) sujeitos autônomos
 - (C) objetos de pesquisas
 - (D) objetos estereotipados
28. PASSOS (2020) analisa em seu texto a aliança entre o manicômio/psiquiatria e as práticas de controle e extermínio de determinados grupos explorados, oprimidos e/ou marginalizados no campo social. Indica que a manicomialização das relações sociais ultrapassou os muros dos manicômios e, hoje, é parte do cotidiano, e se expressa por meio de fatores, como:
- (A) o processo de medicalização e patologização da vida, o reforço das internações compulsórias e a retirada compulsória dos bebês de mulheres negras
 - (B) o processo de medicalização e patologização da vida, a atuação da atenção psicossocial nos territórios e a retirada compulsória dos bebês de mulheres negras
 - (C) o fechamento das enfermarias psiquiátricas, a atuação da atenção psicossocial nos territórios e a retirada compulsória dos bebês de famílias consideradas desestruturadas
 - (D) o processo de medicalização e patologização da vida, o reforço das internações compulsórias e a retirada compulsória dos bebês de todas as famílias consideradas desestruturadas
29. Na perspectiva da Política Nacional de Saúde Mental brasileira, segundo o texto "*Inclusão da saúde mental na atenção básica à saúde: estratégia de cuidado no território*" (2019), de SOUZA, AMARANTE e ABRAHÃO, o modelo assistencial deve ter como local privilegiado para a execução do cuidado:
- (A) o CAPS
 - (B) o território
 - (C) a Atenção Básica
 - (D) o hospital psiquiátrico
30. A inclusão da saúde mental na Atenção Básica traz efeitos positivos para o processo de ampliação da clínica da Atenção Psicossocial, que podem ser percebidos ao analisar os eixos estruturantes do SUS, como:
- (A) a integralidade, a acessibilidade e o trabalho em rede
 - (B) a gestão centralizada, a acessibilidade e o trabalho em rede
 - (C) a integralidade, acessibilidade e a hierarquização das redes de cuidado
 - (D) a integralidade, a acessibilidade e a centralidade dos serviços especializados
31. A Atenção Básica apresenta potencialidades no desenvolvimento de ações em saúde mental, configurando-se como uma estratégia de desmistificação da loucura e de inclusão das diferenças de maior alcance que os serviços especializados. Para que a efetivação da integralidade da atenção seja possível, é necessário que os serviços considerem alguns conceitos operativos da saúde mental como uma ferramenta fundamental para o trabalho. São exemplos desses conceitos, que operam na micropolítica do cuidado:
- (A) o acolhimento e a expertise da equipe multidisciplinar
 - (B) o acolhimento e a transferência
 - (C) a expertise médica e o vínculo
 - (D) o acolhimento e o vínculo

32. De acordo com SANTOS e KIND, em *"Integralidade, Intersetorialidade e cuidado em saúde: caminhos para se enfrentar o suicídio"* (2020), o comportamento suicida é entendido como:
- (A) todo ato referente ao desejo de pôr fim à própria vida, incluindo pensamento, planejamento, tentativa e o suicídio consumado
 - (B) a morte acidental autoinfligida, ou seja, quando a pessoa decide tirar a própria vida, por falta de discernimento.
 - (C) uma representação mental que pensa e planeja o ceifar da própria vida, sem, contudo, concluí-lo.
 - (D) qualquer tentativa de passagem ao ato, tendo ou não êxito na experiência
33. Para SANTOS e KIND (2020), o trabalho de prevenção do suicídio nas escolas e a capacitação dos profissionais nos hospitais são exemplos de iniciativas, que têm como princípios básicos para o cuidado de pessoas em risco para o suicídio:
- (A) a educação básica e a educação permanente
 - (B) a hierarquização e a participação social
 - (C) a integralidade e a intersetorialidade
 - (D) a universalidade e a equidade
34. Considerando SANTOS e KIND (2020), na prevenção e no tratamento do comportamento suicida, a intersetorialidade se apresenta como:
- (A) fundamento intersetorial, princípio ético de garantia de direitos e diretriz clínica de atuação profissional
 - (B) política específica para pessoas em sofrimento psíquico crônico e ação interdisciplinar entre setores
 - (C) intervenção multidisciplinar, ação organizadora dos serviços assistenciais e política de governo
 - (D) plano de ação da saúde pública, desafio da rede de atenção psicossocial e prática terapêutica
35. De acordo com LIMA e YASUI, em *"Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial"* (2014), é possível pensar o conceito de território em sua complexidade e seus usos na atenção psicossocial, como:
- (A) contexto, lógica, acordo e operação
 - (B) lugar, percurso, esquema e construção
 - (C) espaço, processo, relação e composição
 - (D) cenário, arranjo, perspectiva e organização
36. Na clínica da atenção psicossocial, a noção de território existencial ganha especial importância para se pensar os projetos terapêuticos singulares dos sujeitos. Território existencial envolve:
- (A) o movimento de heterogênesse entre produção de cuidado e produção de subjetividade, que compõe a relação entre o cosmos e a vida
 - (B) espaços construídos com elementos materiais e afetivos do meio que, apropriados e agenciados de forma expressiva, findam por constituir lugares para viver
 - (C) a relação entre o território geográfico, o local do serviço e a residência do usuário que, dinamizados de maneira oportuna, indicam a direção de tratamento
 - (D) a aposta na construção de um lugar no mundo material e inter-relacional, que seja capaz de romper com a lógica de controle do capitalismo e possibilite o enfrentamento do caos
37. O deslocamento espacial do manicômio ao território não garante uma prática em ruptura com as formas de poder que exercem sobre a vida. Isso coloca como novos desafios para a atenção em saúde mental:
- (A) a necessidade de problematizar o território e de reinventar a clínica
 - (B) a assistência heterofamiliar e a continuidade de ações para o território
 - (C) o acolhimento à crise nos serviços substitutivos e a convivência da família
 - (D) o repensar dos processos de acolhimento, fluxo e matriciamento do território
38. A história da Psiquiatria é marcada por iniciativas reformistas. A marca distintiva e fundamental da Reforma Psiquiátrica brasileira é:
- (A) a crítica ao discurso de moralização da Psiquiatria
 - (B) a necessidade de humanização da assistência
 - (C) o questionamento do paradigma da clínica
 - (D) o reclame da cidadania do louco
39. De acordo com TENÓRIO, em *"A Reforma Psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: história e conceitos"* (2002), a Reforma Psiquiátrica tenta dar ao problema da loucura outra resposta social, não asilar, e agencia o pertencimento do louco na sociedade. Para o autor, a clínica é:
- (A) uma ação social
 - (B) uma operação técnica
 - (C) a oferta e a demanda de cuidado
 - (D) o agenciamento no plano cultural
40. Os antecedentes da Reforma Psiquiátrica brasileira, cujos valores e conceitos a influenciaram são:
- (A) a psicanálise e a psicoterapia institucional
 - (B) a psiquiatria de setor e a análise institucional
 - (C) a psiquiatria comunitária e as comunidades terapêuticas
 - (D) o movimento das colônias agrícolas e a terapêutica ocupacional